

Criogenia

Bolsonaro quer economizar nas pensões congelando aposentados por 2 anos



O governo Bolsonaro não tem qualquer compromisso com o povo trabalhador do Brasil. Depois de retirar direitos com a reforma trabalhista, impossibilitar a aposentadoria com a reforma da previdência, agora Bolsonaro quer congelar por dois anos os benefícios previdenciários, como aposentadorias, pensões, salário-maternidade, auxílio-doença, salário-família, alegando déficit nas contas públicas.

Não é retirando mais dinheiro dos pobres que o governo irá resolver o problema dos brasileiros que foram empurrados de volta

para viver abaixo da linha da pobreza. Bolsonaro precisa entender que só com a taxaço das grandes fortunas o governo poderá equilibrar as contas públicas para que o país volte a crescer de forma sustentável e com distribuição de renda entre toda a população.

Para o presidente do Sindsep/MA, Raimundo Pereira, o Brasil não aguenta mais tanta retirada de direitos e que não seria diminuindo o dinheiro de circulação que a economia iria reaquecer. Ainda segundo ele, Bolsonaro não conhece o país que deveria governar.

“Em mais de 500 municí-

pios brasileiros os benefícios previdenciários representam mais de 25% da economia local, portanto o congelamento desses benefícios aumentaria ainda mais o desemprego e a pobreza”, disse Raimundo Pereira.

O movimento sindical continua discutindo e pressionando o Congresso Nacional para a aprovação da taxaço de grandes fortunas como pilar para o equilíbrio das contas públicas. “Chega de penalizar os trabalhadores toda vez o capitalismo entra em crise financeira”, reafirmou Raimundo Pereira.

13º salário deste ano será menor para quem teve suspensão de contrato de trabalho

Lei que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda não protegeu benefícios. Com isso, dizem especialistas, 13º pode ser de até metade do salário do trabalhador.

Matéria completa em cut.org.br/noticias



Assine a Petição

PEC 101/2019

Que pleiteia plano de saúde aos
Sucanzeiros do Brasil que manusearam DDT





Servidores produzem dossiê sobre o desmonte das políticas ambientais

Servidores federais de órgãos ambientais produziram e estão divulgando um dossiê sobre o desmonte das políticas ambientais no governo Bolsonaro. O documento intitulado de “Cronologia de um desastre anunciado”, apresenta um apanhado de todas as ações do governo para desmontar as políticas de Meio Ambiente no Brasil. O dossiê pode ser visualizado [AQUI](#).

No documento, os trabalhadores lembram que o atual cenário socioambiental brasileiro resulta do desmonte dos órgãos de proteção ao meio ambiente e entidades socioambientais, além dos discursos e ações contra a atuação dos servidores para fazer valer as normas ambientais.

Desde janeiro de 2019, com o início do atual governo, tem havido um aumento expressivo em número e extensão dos incêndios florestais e expansão do desmatamento da Amazônia e no cerrado brasileiro. Até hoje, o governo também não revelou e nem puniu os responsáveis pelo vazamento de óleo que atingiu diversos pontos da costa brasileira. O governo Bolsonaro também age no sentido de incriminar e intimidar indígenas, ambientalistas, organizações não-governamentais e os próprios servidores da área ambiental, resultando em um real e deliberado desmonte das instituições públicas de meio ambiente.

Uma trajetória marcada por ataques ao meio ambiente

O documento lembra ainda que a trajetória do atual Presidente da República é marcada por contravérsias e ataques ao meio ambiente e aos órgãos e servidores am-

bientais. Em 2012, por exemplo, Bolsonaro foi multado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) por pesca ilegal na Estação Ecológica de Tamoios, em Agra dos Reis (RJ). Já em janeiro de 2019, o Ibama anulou a multa ambiental aplicada a Jair Bolsonaro por pesca irregular e afastou o servidor da função. Mas, além desse caso específico, Bolsonaro, que já foi garimpeiro, já vinha demonstrando sua aversão às políticas de proteção ao meio ambiente durante toda a sua carreira política. Em 2013, por exemplo, ele apresentou o projeto de lei (PL) 5720, que proibia o porte de armas de servidores designados para atividades de fiscalização de caça.

Ataque aos servidores

Os servidores de órgãos ambientais federais - Ministério do Meio Ambiente (MMA), IBAMA, ICM-Bio e SFB -, mesmo sofrendo com o assédio institucional e perseguição depois que Bolsonaro assumiu a Presidência, vêm alertando sobre a gravidade dos problemas que, por sua vez, são reforçados pela falta de eficiência da gestão e a estratégia de desmonte.

“Os servidores federais são os verdadeiros patriotas. Eles sim estão cumprindo o dever constitucional de defesa do meio ambiente brasileiro, muitas vezes dando a própria vida no combate ao fogo e ao desmatamento. Não à toa o governo Bolsonaro lança mão, nesse momento, de uma Reforma Administrativa que visa diminuir salários e acabar com a estabilidade dos servidores públicos. O que seria do combate aos desmanchos ambientais se os servidores não tivessem a proteção constitucional da estabilidade no desempenho de

suas atividades? O provo brasileiro precisa defender os serviços públicos do país e seus servidores. Pois amanhã poderemos não ter nem Estado, nem País para defender”, observou Eduardo.

Militares obedientes em cargos-chaves

O dossiê destaca que a desestruturação e enfraquecimento do MMA e de suas autarquias, como a extinção de setores e cargos de direção deixados vagos por longos períodos nos órgãos, contribuem para a paralisação e deliberada ineficiência das suas atividades. Além disso, a falta de critérios técnicos para a nomeação de pessoas, muitas sem conhecimento suficiente e sem experiência prévia para cargos de direção, com destaque para a substituição de servidores de carreira por militares das Forças Armadas ou policiais militares (inexperientes, porém obedientes), demonstram a intencionalidade do enfraquecimento da área ambiental na atual gestão.

O documento elenca pontos fundamentais que demonstram a narrativa de destruição e o desrespeito ao arcabouço legal por parte do governo do presidente Jair Bolsonaro e de seu vice-presidente Hamilton Mourão, recentemente nomeado Presidente do Conselho da Amazônia. Destaca ainda o papel do auxiliar direto incumbido do desmonte, o ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, já condenado em primeira instância por crime contra a administração pública exatamente por desrespeito a instrumentos de gestão ambiental.

Fonte: Sindsep-PE

Matéria completa em cut.org.br/noticias